



Economistas e Historiadores, de renome internacional e brasileiros, constataram que nas primeiras décadas do Século XXI o hiato entre cidadãos ricos e pobres tem aumentado significativamente em qualquer lugar do planeta. Da mesma forma, o hiato entre as nações ricas e as pobres. Ainda mais, concordam que essas questões se devem ao fato de que a “mão invisível” do mercado seja incapaz de, isoladamente, atenuar essas distorções. Porém, quando bem conduzida e adequadamente regulada se constituirá em ferramenta indispensável.

A discussão continua com a identificação dos instrumentos adequados para corrigir essas tendências entre cidadãos de uma mesma sociedade e entre as nações. Entre as nações, a questão é tratada pela Organização Mundial do Comércio (OMC) e pelo Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT, sigla em Inglês) e o consenso é difícil diante da postura protecionista das potências econômicas.

Pelo lado do cidadão, em cada sociedade, existe uma tendência de atenuar a desigualdade entre ricos e pobres por intermédio de um Sistema Tributário menos injusto. Além disso, espera-se que a arrecadação desses impostos seja dirigida para os setores mais carentes da sociedade, com transparência e segundo as boas práticas de gestão pública.

A Sociedade brasileira vive em 2020 um período crucial. O seu desenvolvimento econômico e social exige reformas tributária e administrativa do Setor Público diante da exiguidade de tempo de um ano eleitoral nos Municípios e dos impactos da pandemia do Covid-19.

Impõe-se que eleitores e candidatos estejam conscientes dessas questões e os governantes eleitos sejam monitorados de maneira conveniente pelo eleitorado. Afinal, o **Governo Municipal** é o que se relaciona com maior proximidade ao **Cidadão**.

Antônio Alberto Marinho Nigro

Contra-Almirante (Ref) • Diretor Cultural

